

Relatório de Gestão 2011





RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO FINANCEIRO DE 2011

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2011, reflete a atividade municipal desenvolvida, a organização municipal, o capital humano e a situação económica e financeira do Município de Pampilhosa da Serra.

Pretende-se que estes documentos constituam um importante instrumento de gestão municipal, onde de uma forma célere e simples se visualizam as informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, procurando espelhar-se aquela que foi a atividade desenvolvida pelo Executivo, no quadro de competências das Autarquias Locais elencadas na Lei nº 169/99, de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Estes documentos foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro e apresentados conforme estabelece a Resolução do Tribunal de Contas nº 4/2001 – 2ª Secção, que aprovou as “Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas pelo POCAL”, publicadas no Diário da República nº 101 – II Série, de 18 de Agosto de 2001.

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade municipal.

Assim, o Executivo Municipal apresenta, em cumprimento do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão, relativos ao ano financeiro de 2011.



ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município assenta na existência de duas estruturas fundamentais, a política e a administrativa, fortemente relacionadas no desenvolvimento da actividade municipal.

ESTRUTURA POLITICA

Assente em dois órgãos, a Câmara com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal com funções predominantemente deliberativa e fiscalizadora da actividade desenvolvida.

A Câmara Municipal é constituída por cinco elementos; um Presidente e quatro vereadores, a quem compete, definirem a estratégia e políticas municipais, bem como deliberar e decidir sobre os assuntos mais relevantes acerca dos serviços e actividades do município.

O Presidente foi coadjuvado por um vice-presidente, que o substituí nas suas ausências e impedimentos.

A Assembleia Municipal é composta por 25 elementos, dos quais 15 eleitos directamente, pelo colégio eleitoral e 10 indirectamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de presidentes de juntas de freguesia que constituem o universo municipal.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1. Organização dos serviços

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro estabeleceu um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais.

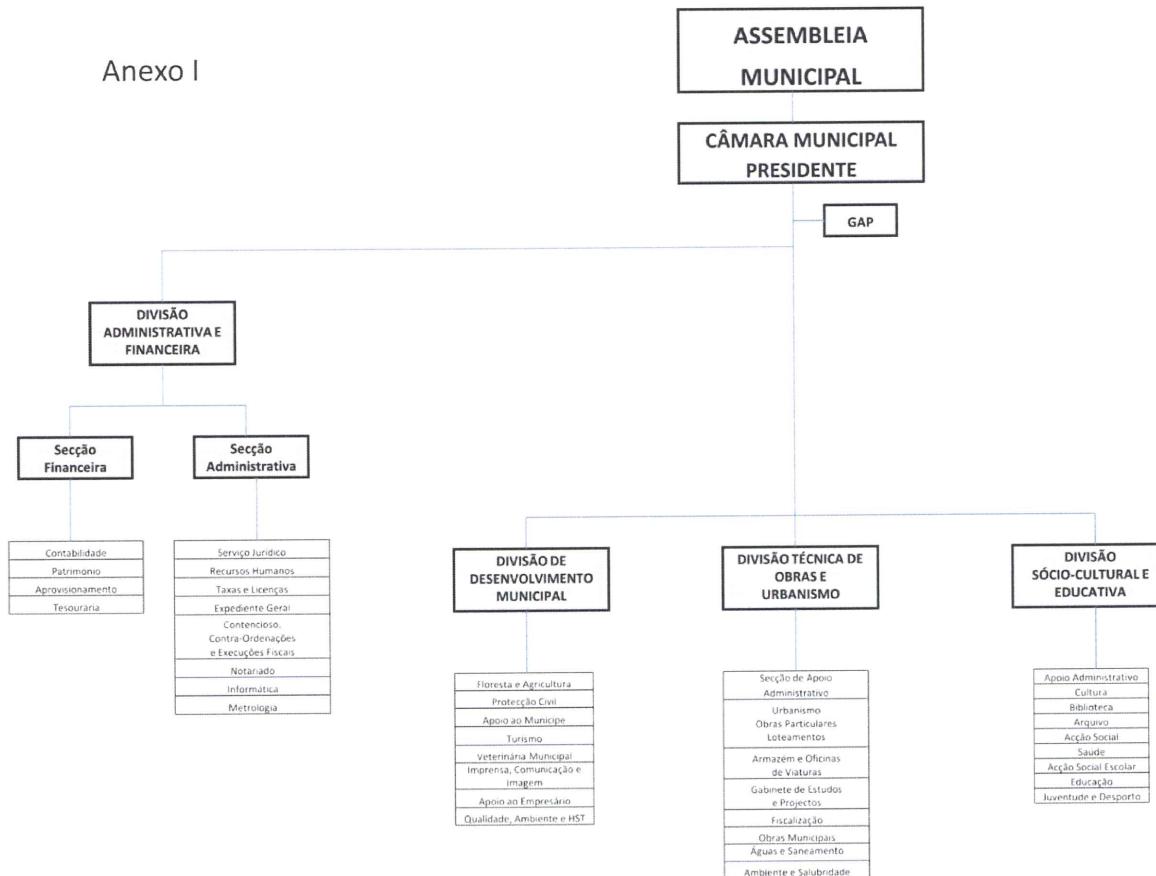
Assim, a Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, em 25 de Setembro de 2010, na sequência da proposta da Câmara Municipal tomada em reunião de 14 de Setembro de 2010, aprovou a reestruturação dos serviços, de modo a potenciar todo o investimento realizado, através da rentabilização, tornando-se assim possível, diminuir custos de conservação



de espaços e custos associados aos recursos humanos e materiais necessários para o correto funcionamento de todas as infraestruturas.

ORGANOGRAMA

Anexo I





A Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro, adaptada às Autarquias Locais, através do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, institui o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), às Autarquias Locais, a partir do ano de 2010. Este sistema, avalia os dirigentes e demais trabalhadores, aplicando-se ao desempenho dos serviços públicos, numa conceção integrada dos sistemas de gestão e avaliação, permitindo alinhar, de uma forma coerente, os desempenhos dos serviços e dos que neles trabalham, com a Missão e os objetivos estratégicos da instituição.

O sistema integra três componentes:

- O Subsistema de Avaliação do Desempenho do (SIADAP 1);
- O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Dirigentes (SIADAP 2);
- O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores (SIADAP 3).

O SIADAP tem uma vocação de aplicação universal à administração estadual, regional e autárquica, prevendo no entanto mecanismos de flexibilidade e adaptação muito amplos de modo a enquadrar as especificidades das várias administrações, dos serviços públicos, das carreiras e das áreas funcionais do seu pessoal e das exigências de gestão.

O sistema assenta numa conceção de gestão dos serviços públicos centrada em objetivos. Neste sentido, na avaliação dos serviços, dos dirigentes e demais trabalhadores assumem um papel central dos resultados obtidos em relação aos objetivos previamente fixados. Os resultados devem ser medidos mediante indicadores previamente fixados que permitam, entre outros, a transparência e imparcialidade e a prevenção da discricionariedade.



A avaliação tem carácter anual e respeita ao desempenho de um ano civil, iniciando-se o processo com a contratualização dos parâmetros de avaliação (Resultados e Competências), durante o mês de Fevereiro, sendo a avaliação efetuada durante os meses de Janeiro e Fevereiro do ano seguinte.

SIADAP 1 - Avaliação dos Serviços

O sistema de avaliação dos serviços públicos visa reforçar na Administração Pública uma cultura de avaliação e responsabilização, vincada pela publicitação dos objetivos dos serviços e dos resultados obtidos, em estreita articulação com o ciclo de gestão.

A avaliação é feita com base nos parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade.

Pretende-se assim obter, um conhecimento aprofundado das causas dos desvios evidenciados na autoavaliação ou de outra forma detetados e apresentar propostas para a melhoria dos processos e resultados futuros.

SIADAP 2 - Avaliação dos Dirigentes

A avaliação global dos dirigentes da Administração Pública é feita no fim das comissões de serviço, sendo que anualmente se procederá a uma avaliação intercalar. Essa avaliação não produz efeitos na sua carreira de origem.

A avaliação de dirigentes superiores assenta nas cartas de missão (já existentes para os de 1.º grau e agora criadas para os de 2.º grau), com base nos parâmetros "grau de cumprimento dos compromissos" e de "competências" de liderança, de visão estratégica, de representação externa e de gestão demonstradas, essenciais para um bom desempenho nos mais altos cargos da Administração Pública.



Os resultados da avaliação dos dirigentes superiores têm efeitos na atribuição de prémios e na renovação ou cessação da comissão de serviço. Por outro lado é introduzida uma percentagem máxima de 5% do total dos dirigentes superiores para a atribuição de distinção de mérito com reconhecimento de *Desempenho Excelente*.

A avaliação dos dirigentes intermédios centra-se nos "resultados" obtidos nos objetivos da respetiva unidade orgânica e nas "competências" demonstradas, as quais integram a capacidade de liderança e competências técnicas e comportamentais.

SIADAP 3 - Avaliação dos Trabalhadores

No sistema de avaliação dos trabalhadores, sublinha-se as seguintes opções:

- Privilegiar a fixação de objetivos individuais, em linha com os dos serviços e a obtenção de resultados;
- Permitir a identificação do potencial de evolução dos trabalhadores;
- Permitir o diagnóstico de necessidades de formação e de melhoria dos postos e processos de trabalho;
- Apoiar a dinâmica de evolução profissional numa perspetiva de distinção do mérito e excelência dos desempenhos;
- Reforço da intervenção dos trabalhadores no processo de fixação de objetivos e de avaliação dos serviços e consagração da existência de uma Comissão Paritária;
- Simplificar o sistema e clarificar dúvidas existentes.

A avaliação do desempenho dos trabalhadores é efetuada com base nos parâmetros de Resultados e Competências.

- Resultados: são fixados, anualmente, pelo menos três objetivos para cada trabalhador, sendo que para cada objetivo deve ser estabelecido o



indicador de medida de desempenho. Os objetivos a fixar devem ser, designadamente:

- De produção de bens e atos ou prestação de serviços;
- De qualidade, orientada para a inovação, melhoria do serviço e satisfação das necessidades dos utilizadores;
- De eficiência, no sentido da simplificação e racionalização de prazos e procedimentos de gestão processual e na diminuição de custos de funcionamento;
- De aperfeiçoamento e desenvolvimento das competências individuais, técnicas e comportamentais do trabalhador.

- Competências: escolhidas de entre as constantes da lista aprovada para o respetivo grupo profissional, em número não inferior a cinco para cada trabalhador.

Sendo O SIADAP transversal a todo o Município, é objetivo dos Recursos Humanos:

- a) Apoio e acompanhamento do ciclo anual de gestão, por forma a que todas as unidades orgânicas possam planejar a sua estratégia de avaliação, em consonância com os objetivos do SIADAP;
- b) Preparação dos Dirigentes e dos membros do CCA para a gestão do SIADAP, através de formação, orientação e esclarecimentos;
- c) Definição e monitorização de objetivos, no âmbito do SIADAP;
- d) Encerramento do processo de avaliação.

De salientar, que o processo de avaliação, relativo ao ano de 2011, desenrolou-se de acordo com os parâmetros previstos na Lei.



2.3. Recrutamento

O recrutamento de trabalhadores envolve o planeamento e a seleção de pessoas que se relacionam com o ambiente organizacional devido ao convívio com o mercado de trabalho (oferta e procura) e mercado de recursos humanos (indivíduos aptos para o trabalho). Tais mercados são regulados pela lei da oferta e da procura.

Em plena era do conhecimento, toma-se como base da excelência das Autarquias o capital humano. A capacidade e sobrevivência dos Municípios depende das pessoas agregadas aos seus quadros, para o desenvolvimento tecnológico e mudança. Os subsistemas de recrutamento de recursos humanos providenciam de forma inesgotável, valores e talentos humanos capazes de formar o cérebro e o sistema nervoso duma instituição.

Recrutamento é o processo de atrair um conjunto de candidatos para um particular cargo. O Município deve anunciar a disponibilidade do cargo no mercado e atrair candidatos qualificados para disputá-lo. O mercado do qual a organização tenta buscar os candidatos pode ser interno, externo ou uma combinação de ambos. Em outras palavras, a organização deve buscar candidatos dentro dela, fora dela ou em ambos os contextos.

Escolhido o perfil necessário, O Presidente da Câmara em sintonia com as chefias, solicitam o início do recrutamento aos Recursos Humanos.

Os técnicos, de RH, após verificarem a existência do lugar no mapa, e tendo por base o despacho do Responsável pela Gestão dos Recursos Humanos, vão dar início às diversas fases do recrutamento do processo de seleção:

- Publicação do aviso em Diário da República, Jornais, BEP, Site;
- Apreciação das candidaturas, elaborando a respetiva lista de admitidos e excluídos;



- Aplicação dos métodos de seleção. Nomeadamente: entrevistas de seleção; provas escritas de seleção; avaliação curricular; avaliação psicológica.

- Coadjuvar o júri na elaboração das diversas atas, até aquela que contém a lista de ordenação final.

Após a conclusão do recrutamento, os Recursos Humanos, integram o trabalhador no sistema.

Durante o ano de 2011, foram abertos e concluídos os seguintes procedimentos concursais:

1 (um)	Técnico Superior (Economia)
1 (um)	Técnico Superior (Inglês)
1 (um)	Técnico Superior (Educação Social)
1 (um)	Técnico Superior (Jurista)

De salientar, que durante o ano de 2011 saíram 2 trabalhadores.

2.4. Formação

Num Município, é obrigatório dar formação aos trabalhadores. Deste modo, anualmente, é feito um mapa onde são espelhadas as necessidades formativas de cada departamento.

Os recursos humanos, de acordo com esse mapa, vão contactar empresas formadoras, ou se possível através de formação interna, de modo a que seja cumprido o plano de formação.

Quer se trate de uma entidade formadora externa, quer seja efetuada internamente, a perfeita compreensão das necessidades de formação dos formandos-alvo e da sua realidade no dia a dia de trabalho, é crucial para o sucesso da ação. Nesta fase os Recursos Humanos e os superiores hierárquicos do trabalhador, devem possuir uma visão global das competências, técnicas e/ou comportamentais exigíveis aos sujeitos-alvo da



formação. Para que tal se verifique, será necessário dominar claramente, o campo de forças que caracteriza o estádio de desenvolvimento atual dos formandos-alvo, bem como identificar o estádio desejado e consequentes objetivos a atingir na ação formativa.

No ano de 2011, foram realizadas 22 Ações de Formação.

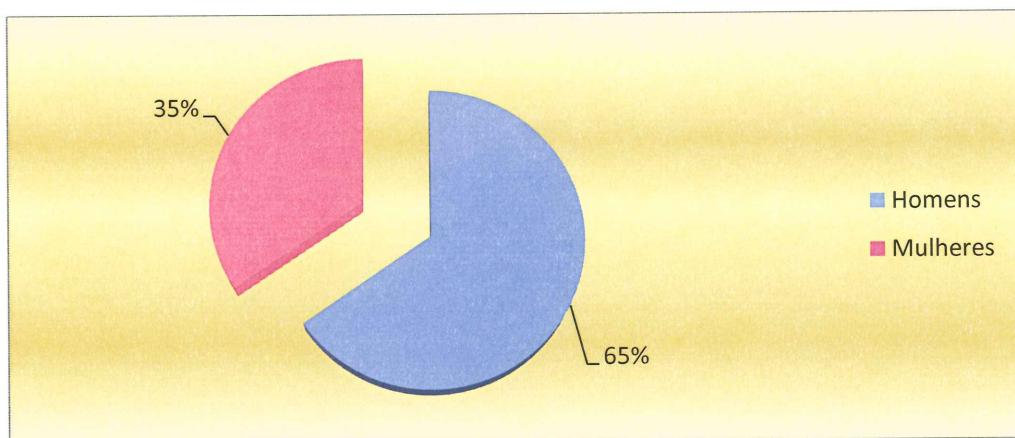
Valor gasto em formação: 3.772,40 €

2.5. Caracterização dos Recursos Humanos

CARACTERIZAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2011, o Município de Pampilhosa da Serra tinha 153 trabalhadores no mapa de pessoal, dos quais, 100 eram do sexo masculino e 53 do sexo feminino.

Pessoal do Quadro por sexo



A tabela seguinte mostra a divisão dos trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação e género. Destaca-se o conjunto de operários que representam o maior grupo de pessoal na autarquia, sendo



quase na totalidade do sexo masculino, contribuindo preponderantemente para o peso dos homens no total dos trabalhadores.

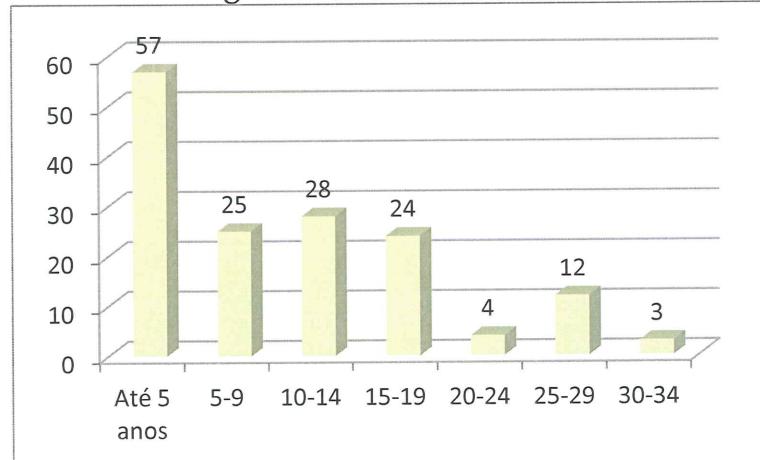
Trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação e género

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Fiscais/ Sapadores	Total
Comissão de Serviço	2						2
Contrato por tempo indeterminado		24	25	79	3	2	130
Contrato por termo resolutivo certo	-	3	9	1	-	5	21
Total	2	27	34	80	3	7	153

Antiguidade dos Trabalhadores

No que concerne à antiguidade dos funcionários da autarquia a 31 de Dezembro de 2011, podemos concluir, de acordo com a leitura do gráfico abaixo, que houve um forte investimento em recursos humanos, nos últimos 5 anos (37%).

Antiguidade dos Trabalhadores



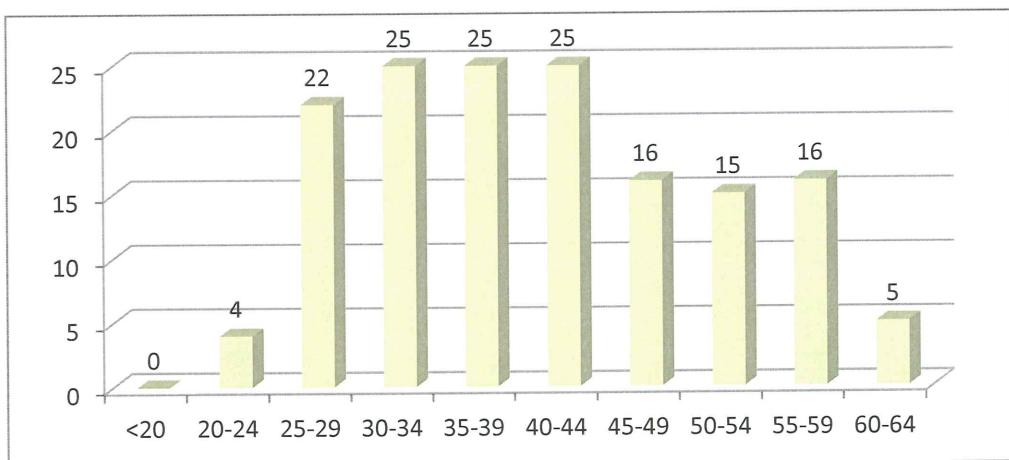
Fonte: Balanço Social 2011



Escalão Etário

A média de idades dos trabalhadores da autarquia a 31 de Dezembro de 2011 era de 40,6 anos, sendo a faixa etária dos 30 aos 44, que possui mais elementos.

Escalão Etário



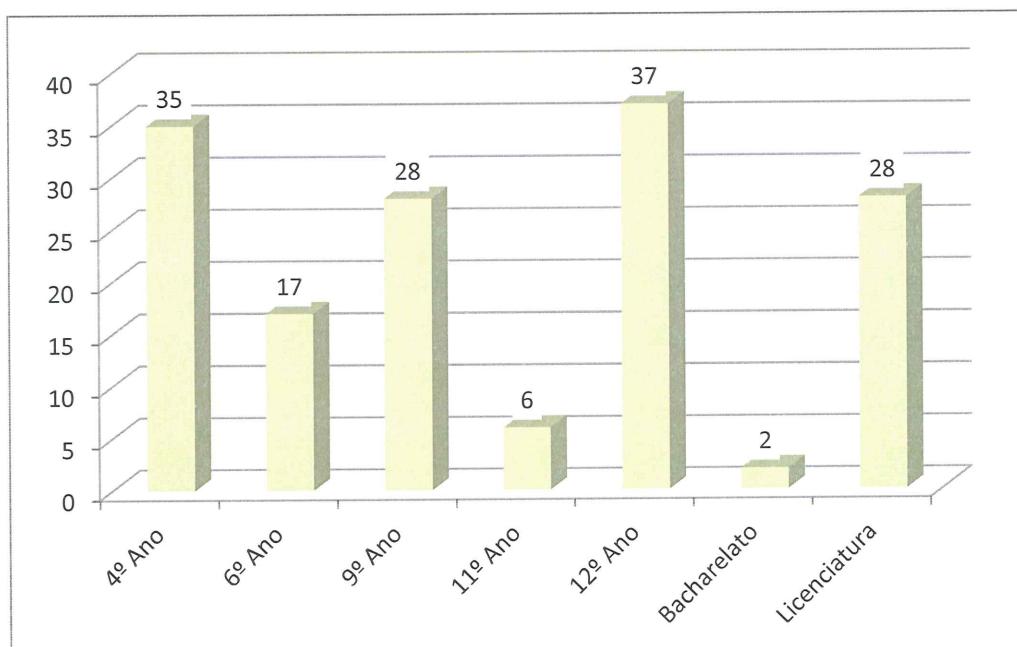
Fonte: Balanço Social 2011

Habilidades Académicas

Nos Grupos de Pessoal de Assistente Operacional situa-se o nível de instrução mais baixo, 35 trabalhadores possuem apenas o 4.º ano de escolaridade, 17 o 6.º ano e 28, o 9.º ano de escolaridade. No que diz respeito aos restantes níveis de escolaridade destacam-se, 37 trabalhadores com o 12º ano e 28 trabalhadores com o grau de Licenciatura.



Habilidades Académicas



Fonte: Balanço Social 2011

Absentismo

A taxa de absentismo é uma relação entre os dias de ausência e o total de dias trabalháveis. Em termos absolutos a doença, contribuiu com cerca de 18.17%, para o absentismo.

Com o envelhecimento da estrutura etária dos funcionários, tenderá a existir um aumento do absentismo, relacionado nomeadamente com faltas por doença.



Absentismo

Faltas/Férias/Licenças	Dias
Por Acidente de Trabalho	301
Por Doença	1135
Proteção na Parentalidade	415
Assistência à Família	5
Outras Faltas	183.5
Férias	4205.5
TOTAL:	6245

Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho

Durante o ano de 2011 ocorreram 11 acidentes em serviço, com predominância no Grupo de Pessoal de Assistente Operacional. Do total de acidentes de trabalho resultaram 301 dias perdidos com baixa.

Foi ainda gasto um total de 19.540,41 €, pela prestação de serviços nesta área.

Relativamente á Medicina no Trabalho, foram efetuadas 125 consultas, tendo sido gasto uma verba de 7.708,32 €.



3. ANÁLISE ECONOMICO - FINANCEIRA

INTRODUÇÃO

O Orçamento Municipal é um documento de estrema importância, onde são previstas todas as receitas que a autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar, sendo por isso um documento essencial na gestão diária da autarquia, não deixando contudo de ser um documento previsional. Apesar de ser elaborado com o máximo rigor, tem alguma flexibilidade para fazer face a eventuais realidades que possam surgir. Assim, de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, podem as autarquias efetuar alterações e revisões orçamentais, para fazer face a essas situações.

Analizando os quadros e comparando os valores do orçamento final com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, mostrando uma taxa de execução da receita e da despesa de 72,30% e 64,83% respetivamente.

Estes rácios traduzem assim a capacidade de realização das atividades programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos (execução financeira) e da receita a efetivamente cobrada.

No campo das receitas, verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho bastante aceitável, quer ao nível das receitas correntes quer de capital, representando uma taxa de execução de 85,94% e 60,47% respetivamente.

Ao analisar a execução da despesa, constata-se que os recursos financeiros realizados foram afetos 79,29% a despesas correntes e 53,59% a despesas de capital.

RECEITAS

As receitas totais cobradas ascenderam no valor de **€13 039 395,38**, sendo de **€ 7 197 060,61** de receita corrente, **€ 5 842 334,77** de receitas de capital.



Como referido, a receita global cobrada referente ao ano de 2011, foi de **€ 13 039 395,38**, correspondente a **72,30%** da receita orçamentada final, tendo resultado um desvio negativo de **(-)€ 4 996 548,62**, correspondente a **27,70 %**. A decomposição do desvio verificado, permite-nos aquilar, em que tipo de receitas se verificou e qual a sua magnitude.

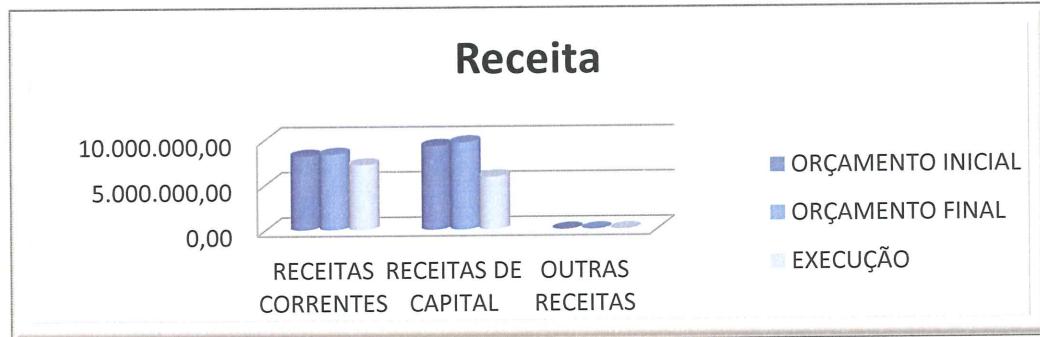
A receita corrente orçamentada final foi de **€ 8 374 480,00**, tendo-se arrecadado o montante de **€ 7 197 060,61**, ou seja, cobrou-se **85,94%** do que o orçamentado, para este tipo de receita, donde um desvio negativo de **(-) 14,06%**, correspondente a **€ 1 177 419, 39**.

A receita de capital orçamentada final foi de **€ 9 661 464,00**, tendo-se arrecadado o montante de **€ 5 842 334,77**, ou seja **60,47 %** do orçamentado, donde um desvio de **(-) 39,53%**.

Este desvio verificado deveu-se essencialmente ao facto de ter havido algum atraso na execução da empreitada da Estrada Municipal do Vidual, tendo por isso reflexo na comparticipação do FEDER/QREN, CIMPIN - Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, no valor global de mais ou menos € 1 400 000,00,

RECEITA - 2011

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	%
	INICIAL	FINAL		
RECEITAS CORRENTES	8.192.028,00	8.374.480,00	7.197.060,61	85,94
RECEITAS DE CAPITAL	9.283.234,00	9.661.414,00	5.842.334,77	60,47
OUTRAS RECEITAS	50,00	50,00	0,00	0,00
TOTAL	17.475.312,00	18.035.944,00	13.039.395,38	72,30





RECEITAS

2011

RECEITAS	ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	%
RECEITA CORRENTE	INICIAL	FINAL		
Impostos diretos	313.250,00	338.250,00	355.840,63	105,20
Impostos indiretos	13.750,00	13.750,00	8.571,72	62,34
Taxas, multas e outras penalidades	40.400,00	40.400,00	49.683,98	122,98
Rendimentos de propriedade	58.250,00	92.750,00	50.809,00	54,78
Transferências correntes	7.288.378,00	7.352.330,00	6.186.925,10	84,15
Venda de bens e serviços correntes	456.900,00	506.900,00	507.783,44	100,17
Outras receitas correntes	21.100,00	30.100,00	37.446,74	124,41
<i>Total das Receitas Correntes</i>	<i>8.192.028,00</i>	<i>8.374.480,00</i>	<i>7.197.060,61</i>	<i>85,94</i>
RECEITA DE CAPITAL				
Venda de bens de investimento	26.100,00	26.100,00	2.134,51	8,18
Transferências de capital	9.256.884,00	9.635.064,00	5.836.200,26	60,57
Ativos financeiros	50,00	50,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	50,00	50,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	150,00	150,00	4.000,00	2666,67
Reposições não abatidas nos pagamentos	50,00	50,00	0,00	0,00
<i>Total das Receitas de Capital</i>	<i>9.283.284,00</i>	<i>9.661.464,00</i>	<i>5.842.334,77</i>	<i>60,47</i>
TOTAL GERAL	17.475.312,00	18.035.944,00	13.039.395,38	72,30

DESPESAS

A despesa realizada no ano de **2011**, foi de **€ 12 426 705,98** e a paga de **€ 12 368 063,14**, conforme Mapa de Controlo Orçamental da Despesa.

O quadro Execução dos Documentos Previsionais do ano de **2011**, apresenta a execução do orçado ao nível do Cabimento, Compromisso, Realizado, Pago e Dívida.

O Cabimento é a cativação de determinada verba, visando a realização de uma despesa.



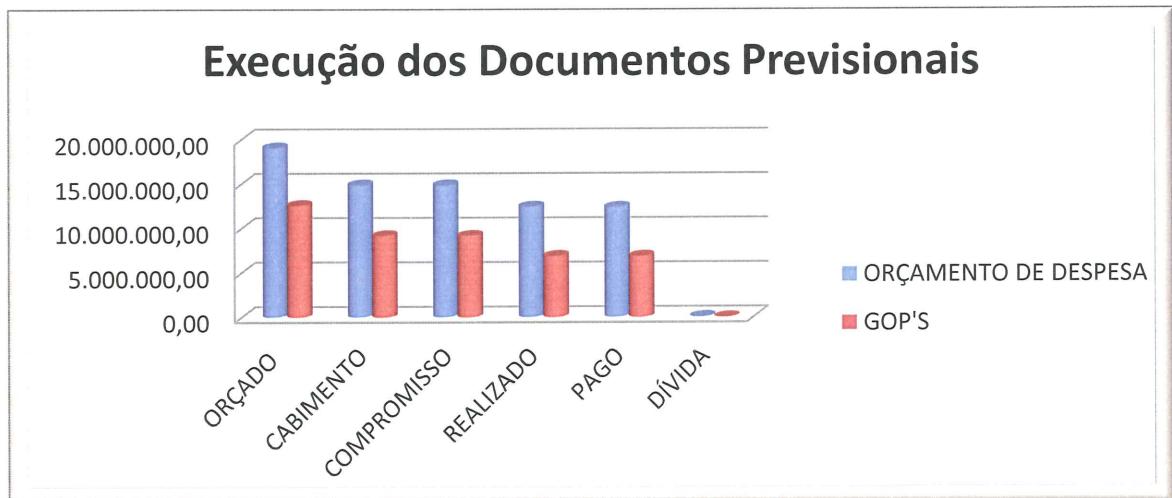
O Compromisso é a assunção face a terceiros da responsabilidade de realizar determinada despesa.

O Realizado é a contabilização dos bens, serviços e ou outras despesas que são devidas a favor de terceiros.

Da análise ao referido anteriormente, e ao nível do Orçamento da Despesa faz-se a seguinte leitura:

- A diferença entre o realizado e o Pago – “dívida orçamental” – é em 31 de Dezembro de **2011 de € 58 642,84**.
- A diferença entre os Compromissos e o Pago – são em 31 de Dezembro de **2011 de € 2 303 125,19**.

EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS						
DESIGNAÇÃO	ANO DE 2011					
	ORÇADO	CABIMENTO	COMPROMISSO	REALIZADO	PAGO	DÍVIDA
ORÇAMENTO DE DESPESA	19.076.754,15	14.883.970,69	14.874.481,46	12.426.705,98	12.368.063,14	58.642,84
GOP'S	12.598.500,00	9.178.961,68	9.176.473,90	6.884.982,19	6.873.348,71	11.633,48

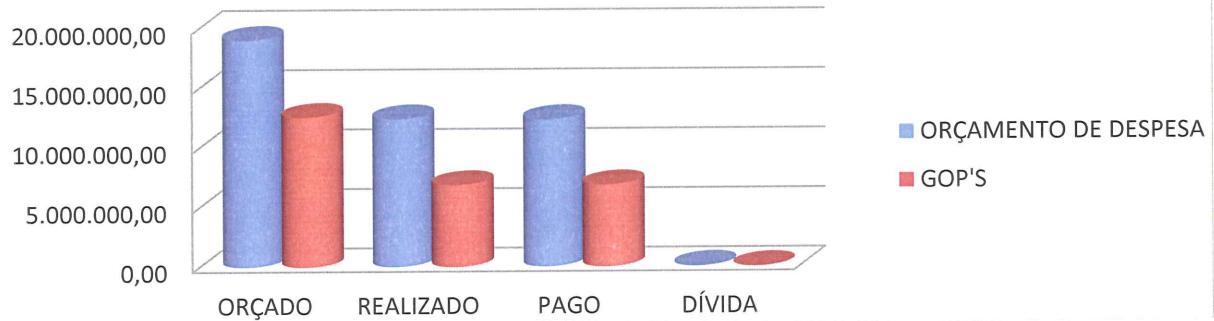




EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DESIGNAÇÃO	ANO DE 2011					
	ORÇADO	REALIZADO	PAGO	DÍVIDA	%	Obs.
ORÇAMENTO DE DESPESA	19.076.754,15	12.426.705,98	12.368.063,14	58.642,84	99,53	
GOP'S	12.598.500,00	6.884.982,19	6.873.348,71	11.633,48	99,83	

Execução Orçamental



Refira-se que o valor de **€ 2 303 125,19** entre o Compromisso e o Realizado, não pode ser considerada dívida orçamental, uma vez que os trabalhos ainda não foram efectuados nem facturados por terceiros.

As despesas totais geradas ascenderam a **€ 12 368 063,14**, sendo de despesas correntes **€ 6 616 219,65**, correspondentes a **53,49%** e de despesas de capital **€ 5 751 843,49**, correspondentes a **46,51 %**.

DESPESAS		
DESPESAS	VALOR €	%
DESPESA CORRENTE		
Total das Despesas Correntes	6.616.219,65	53,49
Total das Despesas de Capital	5.751.843,49	46,51
TOTAL GERAL	12.368.063,14	100,00

Da apreciação aos quadros constata-se o seguinte:



2011
DESPESAS

DESPESA CORRENTE	INICIAL	FINAL	EXECUÇÃO	%
Pessoal	2.807.350,00	2.757.850,00	2.563.663,94	92,96
Aquisição de bens e serviços correntes	3.056.500,00	4.197.500,00	3.183.426,59	75,84
Juros e outros encargos	104.500,00	44.500,00	17.920,64	40,27
Transferências correntes	700.000,00	1.294.000,00	828.779,64	64,05
Subsídios	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	77.462,00	48.404,15	22.428,84	46,34
<i>Total das Despesas Correntes</i>	<i>6.747.812,00</i>	<i>8.344.254,15</i>	<i>6.616.219,65</i>	<i>79,29</i>
DESPESAS DE CAPITAL				
Aquisição de bens de investimento	9.815.000,00	9.777.000,00	5.178.062,53	52,96
Transferências de capital	592.500,00	635.500,00	297.884,00	46,87
Ativos financeiros	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	300.000,00	300.000,00	263.766,08	87,92
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total das Despesas de Capital</i>	<i>10.727.500,00</i>	<i>10.732.500,00</i>	<i>5.739.712,61</i>	<i>53,48</i>
TOTAL GERAL				
	17.475.312,00	19.076.754,15	12.355.932,26	64,77

As despesas correntes pagas ascenderam a **€ 6 616 219,65**, o que face à dotação orçamental inscrita, indica um grau de execução de **79,29 %**;

O montante dispendido com pessoal, (incluindo as remunerações abonos e segurança social) representa **20,73%** do total das despesas correntes, e apresenta um grau de execução financeira de **92,96 %**;

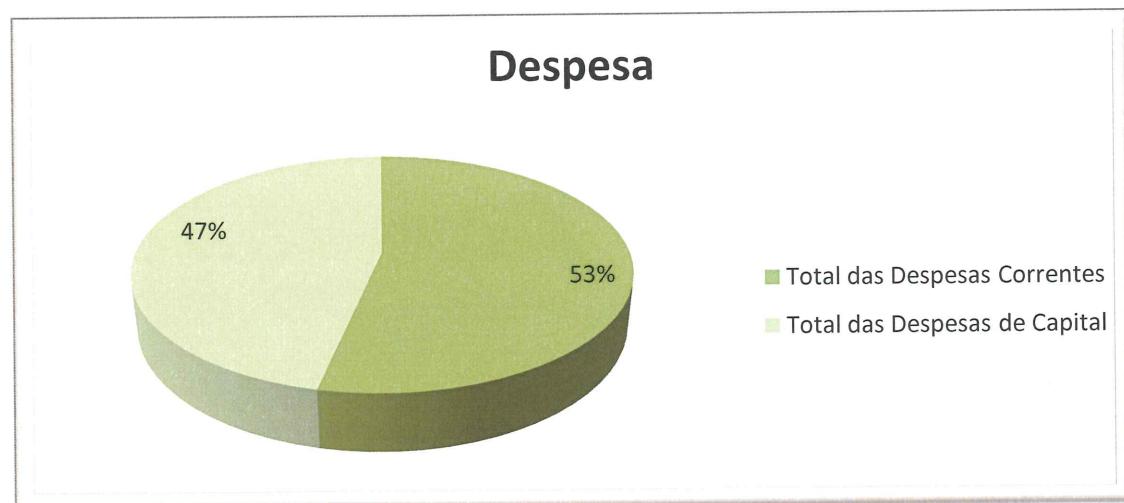
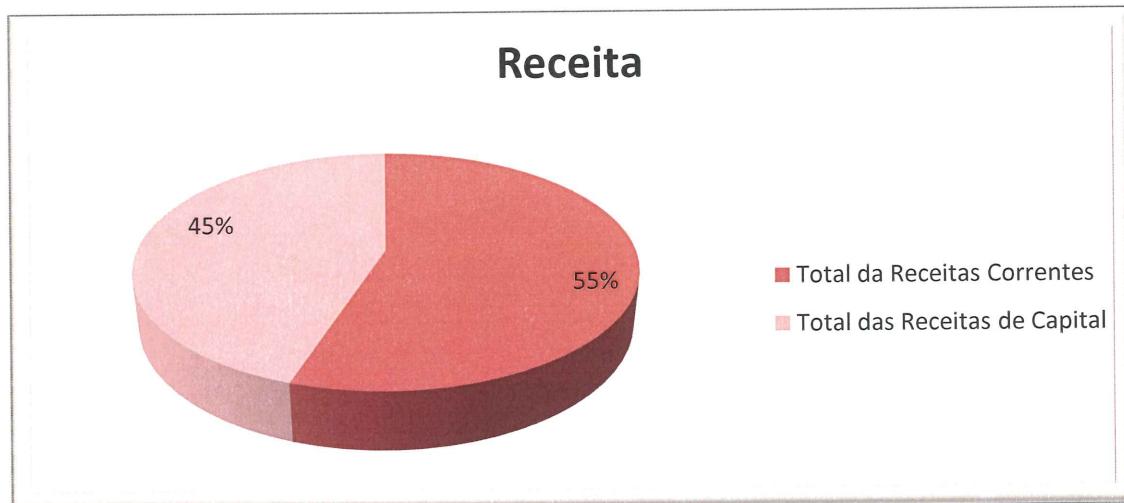
O montante das despesas de capital pagas é de **€ 5 751 843,49**, tendo o nível de execução orçamental ficado aparentemente aquém do valor das despesas correntes, ao apresentar um grau de execução de **53,59%** do valor orçado.

A rubrica aquisição de bens de investimento, que absorve quase a globalidade do montante orçamentado, para as despesas de capital, (**91,10%**) teve uma realização de **53,59%**. Esta discrepância deve-se ao facto de a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra ter compromissos de obras que estão a decorrer e em fase concursal e cujo prazo de

execução só termina no terceiro trimestre de 2012, estes compromissos ascendem a +/- € 2 600.000,00. Este investimento está totalmente assegurado, pelas verbas em numerário existentes em cofre neste Município, e pelas comparticipações do FEDER/QREN

MAPA RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS

RECEITAS			DESPESAS		
RECEITAS	VALOR €	%	DESPESAS	VALOR €	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESA CORRENTE		
Total da Receitas Correntes	7.197.060,61	55,19	Total das Despesas Correntes	6.616.219,65	53,49
Total das Receitas de Capital	5.842.334,77	44,81	Total das Despesas de Capital	5.751.843,49	46,51
TOTAL GERAL	13.039.395,38	100,00	TOTAL GERAL	12.368.063,14	100,00





RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS COM SALDOS DE GERÊNCIA

RECEITAS	VALOR €	%	DESPESAS	VALOR €	%
Saldo inicial de gerência	1.040.810,15	7,39	Saldo final de gerência	1.712.142,39	12,16
RECEITAS CORRENTES			DESPESA CORRENTE		
Impostos diretos	355.840,63	2,53	Pessoal	2.563.663,94	18,21
Impostos indiretos	8.571,72	0,06	Aquisição de bens e serviços correntes	3.183.426,59	22,61
Taxas, multas e outras penalidades	49.683,98	0,35	Juros e Outros encargos	17.920,64	0,13
Rendimentos da propriedade	50.809,00	0,36	Transferências correntes	828.779,64	5,89
Transferências correntes	6.186.925,10	43,94	Outras despesas correntes	22.428,84	0,16
Venda de bens e serviços correntes	507.783,44	3,61			0,00
Outras receitas correntes	37.446,74	0,27			0,00
					0,00
<i>Total da Receitas Correntes</i>	<i>7.197.060,61</i>	<i>51,11</i>	<i>Total das Despesas Correntes</i>	<i>6.616.219,65</i>	<i>46,99</i>
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Venda de bens de investimento	2.134,51	0,02	Aquisição de bens de capital	5.190.193,41	36,86
Transferências de capital	5.836.200,26	41,45	Transferências de capital	297.884,00	2,12
Passivos Financeiros	0,00	0,00	Ativos financeiros	0,00	0,00
Outras receitas de capital	4.000,00	0,03			
Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	Passivos financeiros	263.766,08	1,87
					0,00
<i>Total das Receitas de Capital</i>	<i>5.842.334,77</i>	<i>41,49</i>	<i>Total das Despesas de Capital</i>	<i>5.751.843,49</i>	<i>40,85</i>
TOTAL GERAL	14.080.205,53	100,00	TOTAL GERAL	14.080.205,53	100,00



Mapa Resumo das Receitas e Despesas Efectivas

MAPA RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS					
RECEITAS	VALOR €	%	DESPESAS	VALOR €	%
RECEITAS CORRENTES					DESPESA CORRENTE
Impostos diretos	355.840,63	2,73	Pessoal	2.563.663,94	20,73
Impostos indiretos	8.571,72	0,07	Aquisição de bens e serv. correntes	3.183.426,59	25,74
Taxas, multas e outras penalidades	49.683,98	0,38	Juros e Outros encargos	17.920,64	0,14
Rendimentos da propriedade	50.809,00	0,39	Transferências correntes	828.779,64	6,70
Transferências correntes	6.186.925,10	47,45	Outras despesas correntes	22.428,84	0,18
Venda de bens e serviços correntes	507.783,44	3,89			
Outras receitas correntes	37.446,74	0,29			
<i>Total da Receitas Correntes</i>	<i>7.197.060,61</i>	<i>69,96</i>	<i>Total das Despesas Correntes</i>	<i>6.616.219,65</i>	<i>53,49</i>
RECEITAS DE CAPITAL					DESPESAS DE CAPITAL
Venda de bens de investimento	2.134,51	0,02	Aquisição de bens de capital	5.190.193,41	41,96
Transferências de capital	5.836.200,26	44,76	Transferências de capital	297.884,00	2,41
Passivos financeiros	0,00	0,00	Ativos financeiros	0,00	0,00
Outras receitas de capital	4.000,00	0,03			
Reposições não abatidas nos pagam.	0,00	0,00	Passivos financeiros	263.766,08	2,13
<i>Total das Receitas de Capital</i>	<i>5.842.334,77</i>	<i>56,79</i>	<i>Total das Despesas de Capital</i>	<i>5.751.843,49</i>	<i>46,51</i>
TOTAL GERAL	13.039.395,38	126,75	TOTAL GERAL	12.368.063,14	100,00



Mapa Descritivo das Despesas de Investimento

		MAPA DE INVESTIMENTOS	Euros	TOTAL
01.02	0701	INVESTIMENTOS		
01.02	070101	Terrenos	31.199,80	31.199,80
01.02	070103	Edifícios		1.392.115,70
01.02	07010301	Instalações de serviços	257.680,65	
01.02	07010302	Instalações desportivas e recreativas	14.846,11	
01.02	07010305	Escolas	8.947,97	
01.02	07010307	Outros	1.110.640,97	
01.02	070104	Construções diversas		3.018.892,68
01.02	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	518.350,55	
01.02	07010402	Sistema de drenagem de águas residuais	696.353,16	
01.02	07010403	Estações de tratamento de águas residuais	4.520,46	
01.02	07010404	Iluminação pública	0,00	
01.02	07010405	Parques e jardins	267.587,66	
01.02	07010406	Instalações desportivas e recreativas	6.057,75	
01.02	07010407	Captação e distribuição de água	42.213,89	
01.02	07010408	Viação rural	1.158.640,56	
01.02	07010409	Sinalização e trânsito	4.520,16	
01.02	07010413	Outros	320.648,49	
01.02	070106	Material de Transporte		142.000,88
01.02	07010601	Recolha de resíduos	0,00	
01.02	07010602	Outro	142.000,88	
01.02	070107	Equipamento de informática	339.537,16	339.537,16
01.02	070108	Software de informática	14.355,75	14.355,75
01.02	070109	Equipamento administrativo	18.197,84	18.197,84
01.02	070110	Equipamento básico		231.081,33
01.02	07011002	Outro	231.081,33	
01.02	070111	Ferramentas e utensílios	2.812,27	2.812,27
		TOTAL DA AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO		5.190.193,41



Mapa Resumo da Despesa Funcional

	OBJETIVOS	Dotação inicial	Dotação final	compromisso	Despesa paga	%	
1	- FUNÇÕES GERAIS						
1.1.0	- Serviços Gerais da Administração Pública						
1.1.1	- Administração Geral	566.000,00	631.000,00	460.955,23	447.710,08	70,95%	
1.2.0	- Segurança e Ordem Públicas						
1.2.1	- Proteção Civil e luta Contra Incêndios	111.000,00	187.000,00	148.313,05	148.313,05	79,31%	
2.	- FUNÇÕES SOCIAIS						
2.1.0	- Educação						
2.1.1	- Ensino não Superior	540.000,00	380.000,00	176.353,20	158.092,54	41,60%	
2.1.2	- Serviços Auxiliares de Ensino	165.000,00	165.000,00	121.938,09	119.601,04	72,49%	
2.3.0	- Segurança e Ação Social						
2.3.2	- Ação Social	400.000,00	395.000,00	243.972,59	243.972,59	61,77%	
2.4.0	- Habitação e Serviços Coletivos						
2.4.1	- Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
2.4.2	- Ordenamento do Território	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00%	
2.4.3	- Saneamento	1.175.000,00	1.135.000,00	942.388,01	856.319,83	75,45%	
2.4.4	- Abastecimento de Água	485.000,00	482.500,00	200.300,82	191.568,61	39,70%	
2.4.5	- Resíduos Sólidos	55.000,00	60.000,00	43.487,75	43.487,75	72,48%	
2.4.6	- Proteção Meio Ambiente e Cons. da Natureza	765.000,00	845.000,00	522.314,46	417.386,69	49,39%	
2.5.0	- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos						
2.5.1	- Cultura	695.000,00	702.000,00	592.793,40	425.024,28	60,54%	
2.5.2	- Desporto, Recreio e Lazer	305.000,00	245.000,00	116.748,87	116.748,87	47,65%	
3	- FUNÇÕES ECONÓMICAS						
3.1.0	- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	100.000,00	100.000,00	78.030,55	78.030,55	78,03%	
3.2.0	- Indústria e Energia	1.110.000,00	1.225.000,00	1.134.202,24	952.945,85	77,79%	
3.3.0	- Transportes e Comunicações						
3.3.1	- Transportes Rodoviários	4.215.000,00	4.449.000,00	3.616.713,33	1.920.962,45	43,18%	
3.3.2	- Transportes Aéreos	45.000,00	60.000,00	1.033,20	1.033,20	1,72%	
3.4.0	- Comércio e Turismo						
3.4.1	- Mercados e Feiras	125.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00%	
3.4.2	- Turismo	755.000,00	845.000,00	365.234,22	340.456,44	40,29%	
4	- OUTRAS FUNÇÕES						
4.1.0	- Operações da Dívida Autárquica						
4.2.0	- Transferências entre Administrações						
4.3.0	- Diversa não Especificadas	402.000,00	612.000,00	411.694,89	411.694,89	67,27%	
TOTAL		TOTAL	12.019.000,00	12.598.500,00	9.176.473,90	6.873.348,71	54,56%



EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

➤ SERVIÇO DA DÍVIDA

Compreende-se “Serviço da Dívida” como os pagamentos efectuados a título de amortização e juros dos empréstimos junto de instituições financeiras. A contratação de empréstimos, foi a opção para a autarquia poder complementar o recurso a financiamentos na concretização de investimentos. Neste sentido, o crédito bancário constituiu uma alternativa viável, na materialização dos objectivos tidos como prioritários na satisfação das necessidades das populações locais.

De acordo com o estipulado no nº 1 do artigo 37º da Lei nº 02/2007, de 15 de Janeiro (Lei da Finanças Locais), os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como a emitir obrigações e celebrar contratos de locação financeira, nos termos da lei.

Em 2011, o Município de Pampilhosa da Serra iniciou a sua gerência com uma dívida de **€ 1 263 107,44** resultante de diversos empréstimos a médio e longo prazo, contraídos junto da Caixa Geral de Depósitos.

No decorrer da Gerência do ano de 2011, foram pagos juros no montante de **€ 17 920,64**; amortizações no valor de **€ 263 766,08**. Assim, a dívida em 31-12-2011 era de **€ 999 341,36**.

O Município não recorreu ao crédito a curto prazo durante o ano de 2011. Se tivesse existido dificuldades de tesouraria, o montante de endividamento a curto prazo seria de **€ 609 435,59**, de acordo com o nº 1 do artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município do FEF e da participação do IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior)

ESTRUTURA DA DÍVIDA

DÍVIDA EM 01 DE JANEIRO DE 2011	1 263 107,44
AMORTIZAÇÕES (DIMINUIÇÃO DA DÍVIDA)	263 766,08
DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	999 341,36

Em face do disposto no n.º 1 do art.º 37º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro, (Lei das Finanças Locais) conjugado com as disposições da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2011) a situação é demonstrada nos quadros seguintes:

QUADRO - 1						
MAPA II						
DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DOS LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL PARA 2011						
RECEITAS MUNICIPAIS			RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES PAGOS	RECEITA COBRADA LÍQUIDA	Observações
			(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	
Designação	Ano	Entidade			Montante €	
1 IMI	2010	DGCI	205.477,47	6.479,69	198.997,78	Receitas arrecadadas em 2010, por conta de impostos municipais (receita líquida)
2 IMT	2010	DGCI	55.059,60	5.259,31	49.800,29	
3 IUC	2010	DGCI	38.780,24	969,46	37.810,78	
4 CA	2010	DGCI			0,00	
5 SISA	2010	DGCI			0,00	
6 DERRAMA	2010				0,00	
7 SEL	2010				0,00	
8 FEF+IRS 2011					5.807.747,00	
9 Total das receitas a considerar para efeito de cálculo dos limites de endividamento					6.094.355,85	9=(1...7)+(8)
10 Limite ao endividamento de curto prazo					609.435,59	10=10%x(9)
11 Limite ao endividamento de médio e longo prazo					6.094.355,85	11=100%x(9)
12 Limite ao endividamento líquido					7.617.944,81	12=(125%x(9))



QUADRO - 2			
MAPA III			
DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DOS LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL PARA 2011			
DESIGNAÇÃO	Montante	Observações	
1 Capital em dívida de médio e longos prazos	1.263.107,44		
2 Total do endividamento líquido	-968.674,11		
3 Capital em dívida excecionado dos limites de endividamento	35.982,83		
4 Dívidas à EDP	0,00		
5 Capital em dívida de médio e longos prazos a considerar	1.227.124,61	5=(1)-(3)	
6 Endividamento líquido a considerar	-932.691,28	6=(2)-(3)-(4)	
7 Endividamento médio e longo prazos - montante em excesso	-4.867.231,24	7=(5) Quadro 2 - (11) Quadro 1	
8 Endividamento líquido - montante em excesso	-8.550.636,09	8=(6)do Quadro 2 - (12) do Quadro 1	

Este limite é calculado de forma compatível com o SEC 95, tendo como fim controlar o stock da dívida, sendo introduzido para possibilitar o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, no âmbito da União Económica e Monetária, nomeadamente do critério do défice das contas públicas.

No final do exercício do ano de 2011, o endividamento líquido municipal passou de € 8 480,99 para € 968 674,11 .



**ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL
2011**

Contas	Descrição	Saldo Inicial 01-01-2011	Saldo Final 31-12-2011
ACTIVOS FINANCEIROS			
11+12	Caixa e Depósitos em instituições Financeiras	1.280.816,79	2.082.186,80
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes	6.701,76	7.185,05
24	Estado e outros entes públicos	5.977,60	1.590,45
2729+2711	Custos e acréscimos	22.180,30	68.074,72
411	Partes de capital	241.137,42	241.137,42
(1)	TOTAL DOS ACTIVOS FINANCEIROS	1.556.813,87	2.400.174,44
PASSIVOS FINANCEIROS			
217	Clientes e utentes com cauções	2.772,66	2.772,66
221	Fornecedores	18.743,77	52.555,14
23121	Empréstimos bancários de médio e longo prazos	1.263.107,44	999.341,36
24	Estado	29.949,74	28.177,79
263	Outros entes públicos	441,51	406,30
2611	Fornecedores de immobilizado	25.166,93	8.251,32
262	Pessoal	50,00	50,00
268	Devedores e credores diversos	208.100,83	339.945,76
(2)	TOTAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS	1.548.332,88	1.431.500,33
(1) - (2)	CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	8.480,99	968.674,11



ANÁLISE FINANCEIRA

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A par da vertente Orçamental, a prestação de contas também prevê a parte patrimonial: custos e proveitos, ativos e passivos, são um sistema que tem como principal objetivo registar todas as operações da autarquia que originam alterações no seu património.

A situação financeira e patrimonial é analisada no âmbito do Balanço e da Demonstração de Resultados. Estas Demonstrações Financeiras, assemelham-se a uma “fotografia” da situação patrimonial da autarquia num determinado exercício económico, espelha a comparação entre o ativo e o passivo e revela a situação patrimonial e financeira do Município.

As demonstrações financeiras do Município da Pampilhosa da Serra, a 31 de Dezembro, foram preparadas, em conformidade com os princípios contabilísticos das disposições do POCAL.

Para a confirmação da ligação dos registo contabilísticos à realidade da Situação Patrimonial do Município, é elaborado todos os anos no final de cada exercício, o inventário físico geral dos elementos patrimoniais, tendo em vista determinar rigorosamente se o valor contabilístico exposto pelas contas da Autarquia coincide com os valores reais.

• Demonstração de Resultados

O quadro seguinte simplifica os resultados alcançados pelo Município de Pampilhosa da Serra, é o quadro contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas, ou seja, avalia como foram aplicados os recursos utilizados e compara os custos e perdas incorridas para obtenção dos proveitos e ganhos. De salientar que os são classificados em correntes e extraordinários.

Distingue-se a alteração da conta 74 – Transferências e subsídios obtidos, que se destina a revelar as Transferências provenientes do OE, sob a forma de Transferências Financeiras ao abrigo da Lei das Finanças Locais ou de contratos de cooperação técnica e financeira.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

CONTAS		EXERCICIOS			
		2011		2010	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas	150.566,90		148.328,31	
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos	3.057.251,39		2.800.647,60	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	2.244.393,15		2.024.853,45	
643 a 648	Encargos sociais:	456.214,95		374.823,67	
63	Transf.e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	849.163,64	849.163,64	711.275,54	711.275,54
66	Amortizações do exercício	1.855.253,06		1.603.570,38	
67	Provisões do exercício	0,00		0,00	
65	Outros custos e perdas operacionais	0,00		0,00	
	(A).....				
68	Custos e perdas financeiras	17.969,66	17.969,66	16.620,04	16.620,04
	(C).....				
69	Custos e perdas extraordinários	302.418,60	302.418,60	421.338,42	421.338,42
	(E).....				
88	Resultado líquido do exercício	0,00	1.289.125,42	0,00	1.634.859,53
				10.222.356,77	9.736.316,94
	PROVEITOS E GANHOS				
7.111	Vendas e prestações de serviços				
7112+7113	Vendas de mercadorias	150.286,86		128.220,63	
	Vendas de produtos	9.883,15		11.589,81	
712	Prestações de serviços	314.303,59	474.473,60	285.887,36	425.697,80
72	Impostos e taxas	409.233,31		349.887,36	
	Variação de produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	8.667.587,70		8.669.202,17	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	9.076.821,01	0,00	9.019.089,53
	(B).....				
78	Proveitos e ganhos financeiros	124.792,84	124.792,84	40.553,59	40.553,59
	(D).....				
79	Proveitos e ganhos extraordinários	546.269,32	546.269,32	250.976,02	250.976,02
	(F).....				
			10.222.356,77		9.736.316,94
RESUMO:					
Resultados operacionais: (B)-(A)=		938.451,52			1.781.288,38
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=		106.823,18			23.933,55
Resultados correntes: (D)-(C)=		1.045.274,70			1.805.221,93
Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		1.289.125,42			1.634.859,53



No que respeita à atividade desenvolvida no exercício económico de 2011, o Município encerrou as suas contas com o montante de custos de **8 933 231,35€**, e de proveitos o montante de **10.222.356,77€**. Desta situação surgiu um Resultado Líquido positivo de **1.289.125,42€**, que se reflete do seguinte modo:

➤ RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

- **Custos Operacionais**

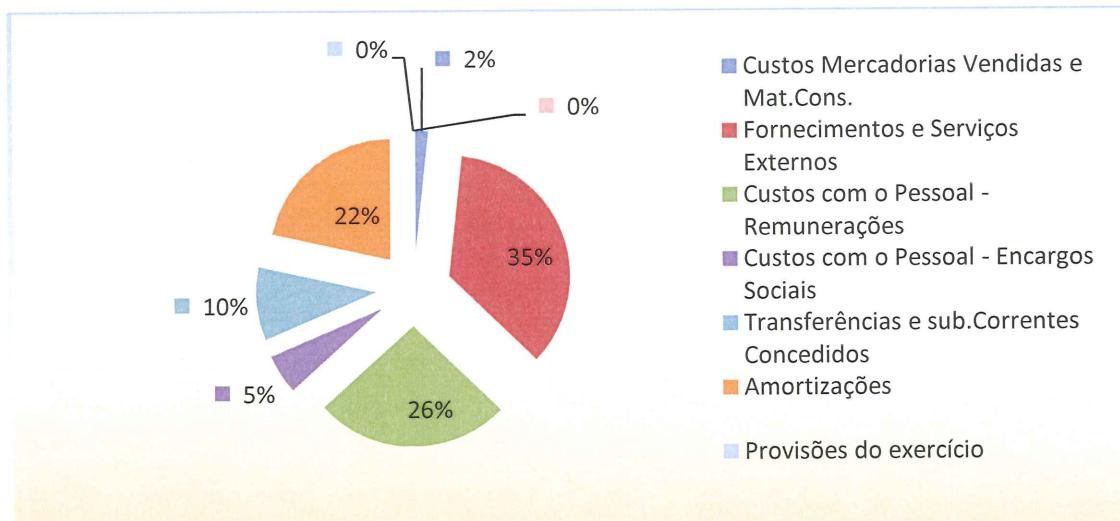
Custos Operacionais	2010	2011
Custos Mercadorias Vendidas e Mat.Consumidas	148.328,31	150.566,90
Fornecimentos e Serviços Externos	2.800.647,60	3.057.251,39
Custos com o Pessoal - Remunerações	2.024.853,45	2.244.393,15
Custos com o Pessoal - Encargos Sociais	374.823,67	456.214,95
Transferências e Sub. Correntes Concedidos	711.275,54	849.163,64
Amortizações	1.603.570,38	1.855.253,06
Provisões do exercício	0	0
Outros Custos e Perdas Operacionais	0	0
TOTAL	7.633.807,24	8 612 843,09

- Custos operacionais – aumento das redes de água, abastecidas pela empresa Águas do Centro, evidenciam uma pequena subida do custo das Mercadorias vendidas, passando dos atuais 148 328,31€ para 150.566,90€.
- No que respeita às despesas com o pessoal – remunerações, podemos verificar que o seu valor é superior ao ano de 2010, passando de 2.024.853,45€ para 2.244.393,15€. Este aumento é resultante da entrada de funcionários, procurando sempre uma maior rentabilidade dos meios e dos recursos da Autarquia.
- Relativamente às despesas com pessoal – Encargos Sociais, tiveram um aumento pouco expressivo em relação ao ano transato, passaram de 374.823,67€ para 456.214,95€, resultante dos encargos com a ADSE



(Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado), despesa que não é controlada pelo Município, resultante conjuntamente dos aumentos dos valores referentes aos funcionários e disposições legais.

Quanto aos valores refletidos no gráfico seguinte, podemos realçar as rubricas de fornecimentos e serviços externos – conta 62, e custos com o pessoal – conta 64, que no conjunto representam 66,85% da totalidade dos custos operacionais.



- **Proveitos Operacionais**

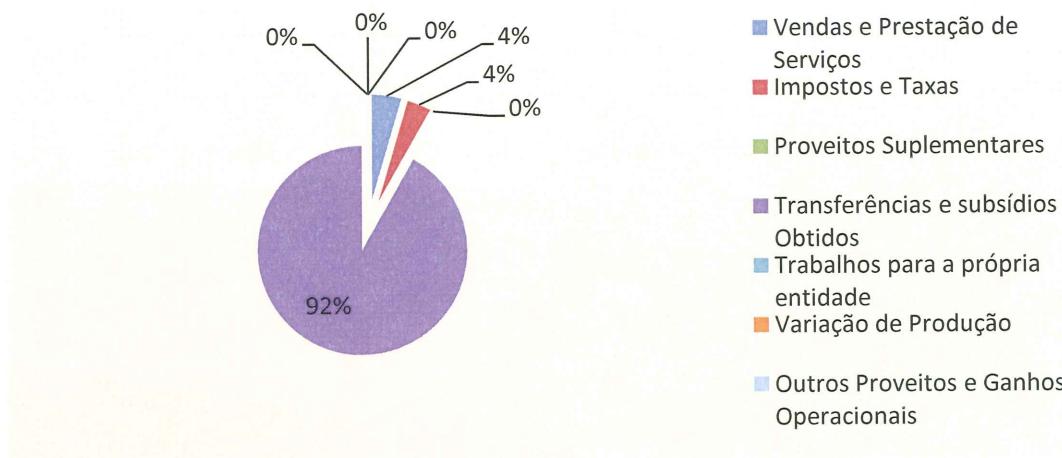
Proveitos Operacionais	2010	2011
Vendas e Prestação de Serviços	425.697,80	474.473,60
Impostos e Taxas	349.887,36	409.233,31
Proveitos Suplementares	0	0
Transferências e subsídios Obtidos	8.669.202,17	8.667.587,70
Trabalhos para a própria entidade	0	0
Variação de Produção	0	0
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0
TOTAL	9.444.787,33	9.551.294,61

- Quanto aos proveitos operacionais, realçamos o aspecto financeiro que resulta da conta 74 – Transferências e subsídios obtidos, provenientes do Orçamento de Estado, Receita dos Parques Eólicos,



comparticipações do estado para despesas correntes e protocolos celebrados com o Estado no âmbito da educação e proteção às famílias. Como podemos observar no gráfico seguinte, o resultado da conta 74 representa 92% da receita dos proveitos operacionais.

- O aumento das taxas e impostos deveu-se essencialmente à subida dos impostos diretos – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de imóveis.



ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros à data de 31 de Dezembro de 2011, têm a seguinte composição:

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2011	2010			2011	2010
681	Juros suportados	17.920,64	16.574,77	781	Juros obtidos	100.034,65	13.285,40
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	24.758,19	26.841,99
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	49,02	45,27	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	
	Resultados Financeiros	106.823,18	23.933,55	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	426,20
		124.792,84	40.553,59			124.792,84	40.553,59



- Neste quadro podemos confrontar os juros suportados com empréstimos e os juros obtidos com os depósitos a prazo, bem como os Rendimentos de Imóveis.
- Relativamente a 2011, verificou-se um aumento dos juros obtidos e suportados, devido ao aumento das taxas de juro, referido anteriormente. No caso dos juros obtidos teve um aumento significativo devido também ao acréscimo dos depósitos a Prazo.

ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários à data de 31 de Dezembro de 2011, têm a seguinte composição:

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2011	2010			2011	2010
691	Transferências de capital concedidas	277.500,00	227.950,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	13.550,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	4.566,18	183.675,57	794	Ganhos em imobilizações	1.825,65	33.292,67
695	Multas e Penalidades	0,00	67,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	3.320,20	2.568,93
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
697	Corr. relat. Exerc. Anteriores(Restituições)	1.028,98	5.243,35	797	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	1.356,50
698	Outros custos e perdas extraordinárias	19.323,44	4.402,50	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	527.573,47	213.757,92
	Resultados extraordinários	243.850,72	-170.362,40				
		546.269,32	250.976,02			546.269,32	250.976,02

Da análise ao quadro observamos o seguinte:

- Quanto às transferências de capital aumentaram significativamente em relação ao ano anterior, o que denota uma preocupação constante por parte do Município, em relação às necessidades essenciais dos Municípios.
- Relativamente a Outros Custos e Perdas Extraordinários verifica-se um aumento.

➤ ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

- Enquanto a execução Orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, este quadro reflete a atividade do



Município ao nível patrimonial, ou seja, evidência os seus bens, direitos e obrigações.

CONTAS	BALANÇO – 2011	EXERCICIOS				
		2011		2010		
		AB	AP	AL	AL	
ACTIVO						
Imobilizado						
<i>Bens de domínio público</i>						
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	
453	Outras construções e infraestruturas	27.189.464,65	9.386.302,32	17.803.162,33	14.959.191,73	
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	
445	Imobilizações em curso	14.564.771,40	0,00	14.564.771,40	15.411.199,17	
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	
		41.754.236,05	9.386.302,32	32.367.933,73	30.370.390,90	
<i>Imobilizações incorpóreas</i>						
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	
433	Propriedade industrial e outros direitos	45.451,53	30.418,10	15.033,43	14.850,36	
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	
		45.451,53	30.418,10	15.033,43	14.850,36	
<i>Imobilizações Corpóreas</i>						
421	Terrenos e recursos naturais	630.341,29	19.533,50	610.807,79	579.624,74	
422	Edifícios e outras construções	4.508.763,91	448.444,12	4.060.319,79	2.191.511,40	
423	Equipamento básico	2.614.014,74	1.856.488,80	757.525,94	746.274,76	
424	Equipamento de transporte	3.423.757,89	2.877.298,24	546.459,65	538.556,76	
425	Ferramentas e utensílios	2.812,27	357,12	2.455,15	0,00	
426	Equipamento administrativo	406.499,84	305.695,16	100.804,68	111.169,85	
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	
429	Outras imobilizações corpóreas	7.252,76	1.044,98	6.207,78	6.362,78	
442	Imobilizações em curso	4.103.248,40	0,00	4.103.248,40	4.707.691,74	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	
		15.696.691,10	5.508.861,92	10.187.829,18	8.881.192,03	
<i>Investimentos Financeiros</i>						
411	Partes de capital	141.137,42		141.137,42	141.137,42	
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	
415	Outras aplicações financeiras	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	
		241.137,42	0,00	241.137,42	241.137,42	
<i>Circulante</i>						
<i>Existências</i>						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	

34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)			
	Dívidas de terceiros - Curto prazo			
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	4.455,48	0,00	4.455,48
212	Contribuintes, c/c	471,32	0,00	471,32
213	Utentes, c/c	2.258,25	0,00	2.258,25
	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00
218		0,00	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	1.590,45	0,00	1.590,45
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00
262 + 263				
+ 267 +				
268	Outros devedores	0,00	0,00	0,00
		8.775,50	0,00	8.775,50
				12.679,36
	Títulos negociáveis			
151	Ações	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa			
12	Depósitos em instituições financeiras	2.081.863,45	0,00	2.081.863,45
11	Caixa	323,35	0,00	323,35
		2.082.186,80	0,00	2.082.186,80
				1.280.450,78
				366,01
				1.280.816,79
	Acréscimos e diferimentos			
271	Acréscimos de proveitos	52.767,12	0,00	52.767,12
272	Custos diferidos	15.307,60	0,00	15.307,60
		68.074,72	0,00	68.074,72
				22.180,30
				22.077,00
	Total de amortizações		14.925.582,34	
	Total de Provisões		0,00	
	Total do ativo	59.896.553,12	14.925.582,34	44.970.970,78
				40.823.247,16



CONTAS	BALANÇO - 2011	EXERCICIOS	
		2011	2010
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios		
51	Património	12.453.612,94	12.453.612,94
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	676.757,83	595.014,85
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos		
59	Resultado transitados	20.855.106,92	19.301.990,37
88	Resultado líquido do exercício	1.289.125,42	1.634.859,53
		35.274.603,11	33.985.477,69
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	999.341,36	1.263.107,44
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas	52.555,14	18.743,77
221	Fornecedores, c/c		
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	2.772,66	2.772,66
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções	8.251,32	25.166,93
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	28.177,79	29.949,74
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos		
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	340.402,06	208.592,34
		432.158,97	285.225,44
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	131.464,23	5.289.436,59
274	Proveitos diferidos	8.133.403,11	
		8.264.867,34	5.289.436,59
	Total dos fundos próprios e do passivo	44.970.970,78	40.823.247,16



Da análise ao Balanço podemos constatar o seguinte:

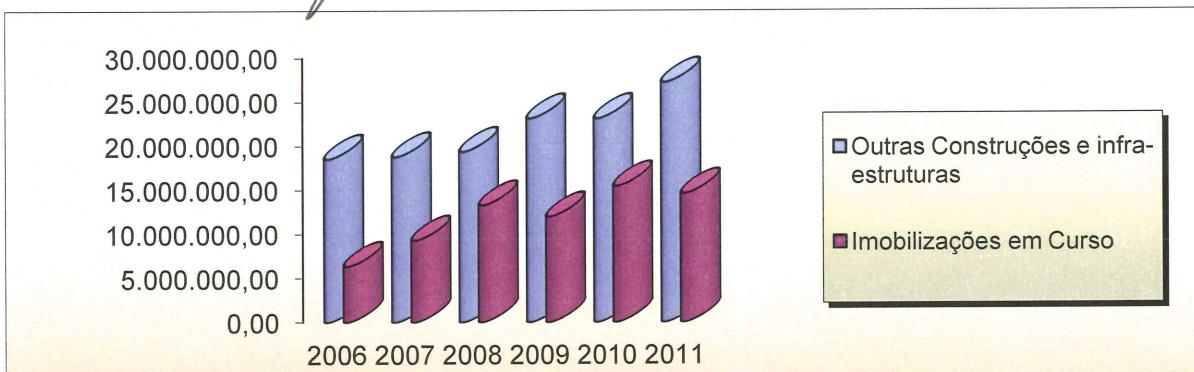
➤ Ativo

- O Ativo Líquido no término do ano de 2011 ascendeu a 44.970.970,78€, enquanto no final do ano anterior foi de 40.823.247,16€, o que reflete um acréscimo de 4.147.723,62€ no património líquido municipal, consequência da inclusão de bens patrimoniais no âmbito do processo de inventariação/ cadastro e aumento de Obras em curso do Município.
- A conta 41.1-Partes do capital, manteve-se igual. Os investimentos financeiros estão valorizados pelo seu valor nominal.
- A conta 41.5 – Outras Aplicações Financeiras, regista o valor de 100.000,00 €, participação na Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata.
- A conta 442 - Imobilizações em curso de Imobilizações Corpóreas regista um decréscimo de 604.443,34€, esta diminuição corresponde ao fecho de Obras em curso do ano anterior.

O Investimento tem vindo a aumentar de ano para ano, cabe no entanto referir que, conforme o previsto no POCAL (anexo 8.2.14), uma grande parte dos bens, sobretudo do Domínio Público, continuam a aguardar valorização.

- O quadro seguinte mostra-nos as variações nas contas de imobilizado (bens de domínio público) nos últimos cinco anos.

BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Outras Construções e infra-estruturas	18.486.518,23	18.737.582,34	19.316.527,03	23.089.906,97	23.089.906,97	27.189.464,65
Imobilizações em Curso	6.314.860,27	9.265.070,07	13.230.719,45	11.937.405,85	15.411.199,17	14.564.771,40
Total	24.801.378,50	28.002.652,41	32.547.246,48	35.027.312,82	38.501.106,14	41.754.236,05



➤ IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

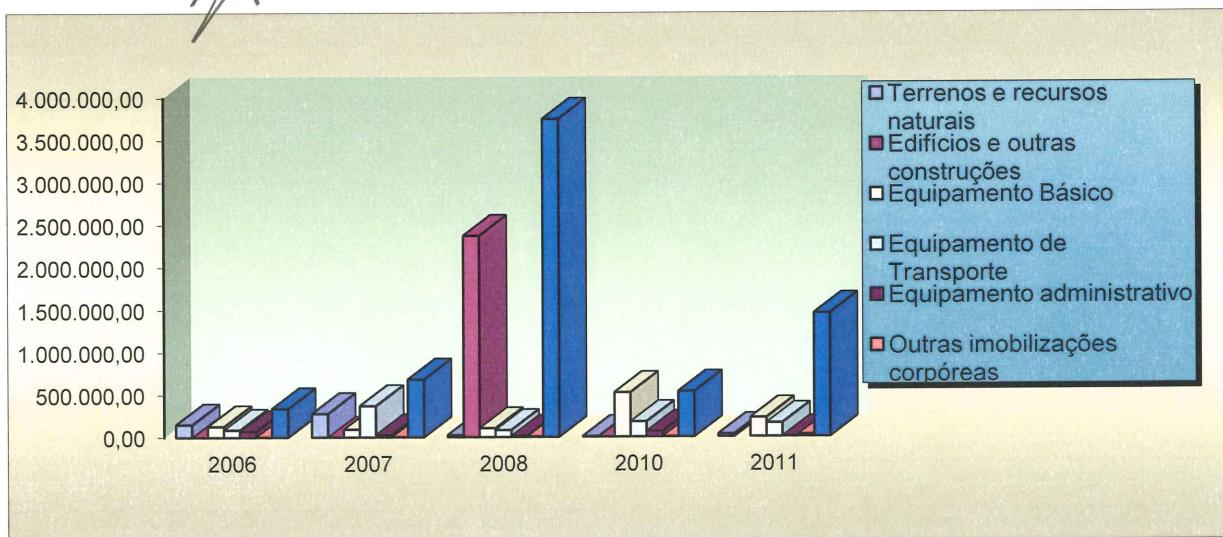
No Quadro seguinte podemos observar a variação entre contas de Investimento.

- A conta 42.4 – “Equipamento de Transporte” – aumentou em relação ao ano anterior.
- As restantes contas não tiveram grandes variações, à exceção da conta 44.2 evidenciada anteriormente.
- O quadro seguinte mostra-nos o aumento nos últimos 5 anos das seguintes contas:

42.1 - Terrenos
 42.3 – Equipamento básico;
 42.4 – Equipamento de transporte;
 42.6 – Equipamento administrativo;
 42.9 – Outras imobilizações Corpóreas;
 44.2 – Imobilizações em curso;

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	2007	2008	2009	2010	2011
Terrenos e recursos naturais	149.700,00	278.019,96	24.960,00	6.514,59	31.199,80
Edifícios e outras construções	0	0	2.374.064,49	0	
Equipamento Básico	127.707,52	90.893,80	104.599,74	523.256,01	224.369,41
Equipamento de Transporte	86.805,09	369.729,88	82.155,57	178.063,89	160.611,81
Equipamento administrativo	69.154,51	29.824,02	13.484,35	65.552,64	2.812,27
Outras imobilizações corpóreas	655,00	157,50	5038,61	760,00	23549,42
Imobilizações em Curso	338.388,93	681.462,06	3.749.800,23	535.584,83	1.456.803,77
Total	772.411,05	1.450.087,22	6.354.102,99	1.309.731,96	1.899.346,48

- Da análise acima descrita e para melhor visualização dos dados elabora-se o gráfico referente às Imobilizações Corpóreas:



➤ ativo – Dívidas de Terceiros – Curto Prazo

- As contas 211- “Clientes, c/c”, 212 – “Contribuintes, c/c” e 213 – Utentes, c/c - registam um valor de 7 185,05€, referente à receita virtual - débitos dos Municípios.
- A conta 12 – “Depósitos em Instituições financeiras”, regista um valor de 2 082 186,80€. O saldo desta conta aumentou em relação ao ano anterior, por força de uma ligeira diminuição de investimento público em relação ao ano anterior.

➤ Passivo – Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo

- A conta 2312 – “Dividas a Instituições de Crédito” - A Dívida a terceiros de médio e longo prazo corresponde aos empréstimos bancários de médio e longo prazo utilizados após contratação e que estão por amortizar ao longo de um período alargado, no montante de 999.341,36€, representando quase a totalidade da dívida municipal a terceiros.
- A CONTA 221 – Fornecedores, c/c, regista o valor de **52.555,14€**. Deve-se ao facto de ter havido atraso por parte dos fornecedores no envio atempado da faturação, o que não permitiu aos serviços proceder à



sua liquidação em tempo útil. Esta dívida foi paga no início de 2012, e pelo resultado ora evidenciado, é prática do Município pautar o seu cumprimento com os fornecedores, os compromissos assumidos.

- A conta 2611 – Fornecedores de Imobilizado, regista o valor de **8.251,32€**, - dívida paga no início de 2012. Salienta-se que os compromissos assumidos com os Fornecedores de Empreitadas, foram todos pagos no ano de 2011, como atrás se referiu.
- As contas 262+263+267+268 – Outros Credores, regista o valor de 340.402,06€, referente às Garantias e Cauções das empreitadas públicas.

➤ Acréscimos e diferimentos (Ativo e Passivo)

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios registam-se as seguintes situações:

- Custos diferidos, despesas contabilizadas no exercício de 2011 e com base na estimativa dos encargos referentes ao exercício de 2012 foram diferidos e serão reconhecidos nesse exercício.
- A conta 274 - Proveitos diferidos, subsídios atribuídos a ativos fixos amortizáveis a fundo perdido que só devem ser considerados à medida que ocorrem os correspondentes custos (Amortizações), esta conta teve um aumento devido à receita das participações para obras em curso (Contrato Programa DGAL – Incêndios 2005, Campo de Jogos – POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território e EB1/JI Dornelas do Zêzere-QREN), Req. Rio Unhais - Praia Fluvial Pampilhosa da Serra, Reabilitação do Museu Municipal, Pampilhosa na Era Digital-Rede de Fibra Ótica, Circuito de Wireless, Variante Vidual, Rede Escolar Infraestruturas Tecnológicas, Pavimentação da EM Portela do Fojo/Padrões. As participações para bens de Domínio Público foram todas registadas na conta 274, não se refletindo nos proveitos do exercício.
- Acréscimos de proveitos – esta conta serve de contrapartida ao registo dos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, mas que ainda não geraram receitas, são exemplo disso, os juros que se vencem no exercício seguinte.

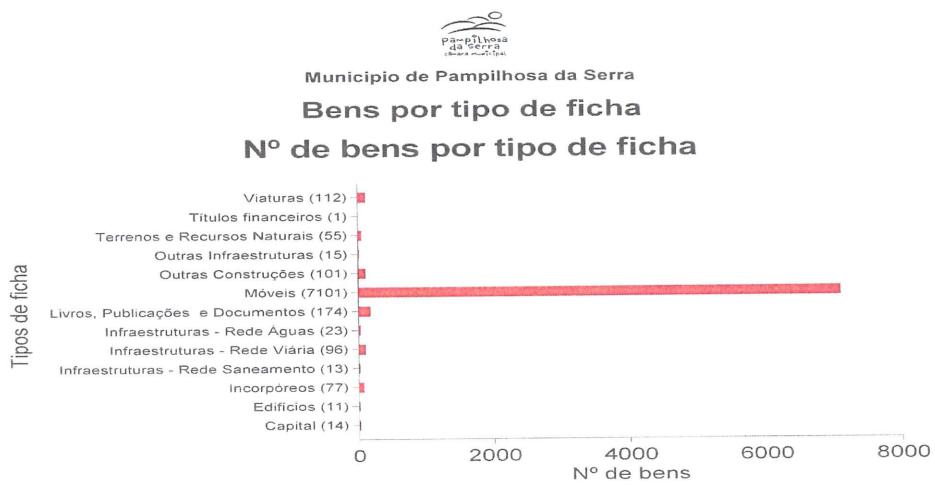


- Acréscimos de custos, esta conta serve de contrapartida ao registo dos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, mas que ainda não originaram despesas, são exemplo disso, as remunerações a pagar referentes ao subsídio de Férias e correspondentes encargos sociais a pagar no exercício seguinte, juros e seguros a liquidar, etc..

➤ Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

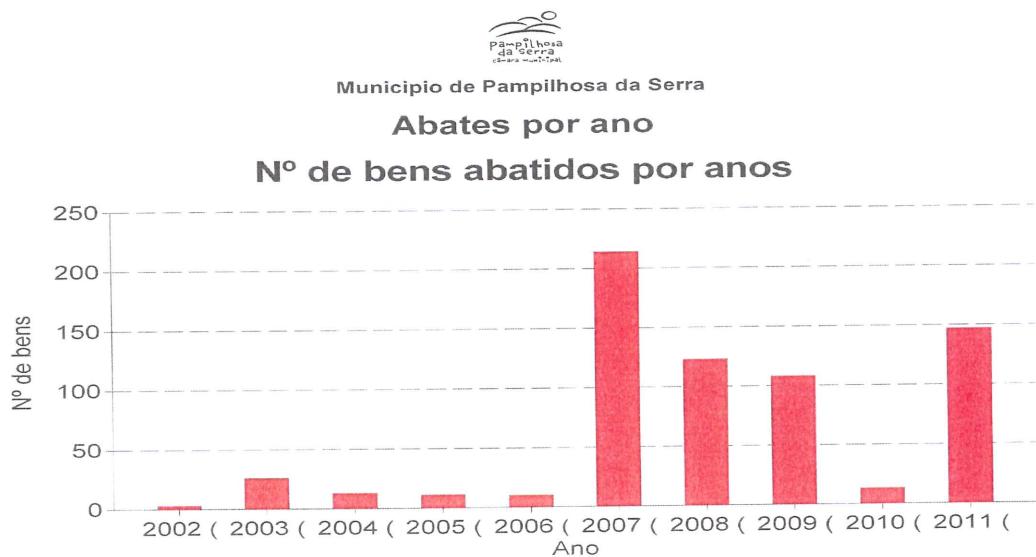
- As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.
- As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização fiscalmente aceites decorrentes das tabelas da Portaria número 671/2000, de 17 de Abril.
- O Inventário do Património do Município encontra-se ainda em fase de implementação, essencialmente os bens do Domínio Público, como podemos verificar no gráfico seguinte.



- Comparativo de Bens por número de fichas.
- No decurso do exercício de 2011, como se pode verificar no quadro seguinte, os abates aos bens corpóreos aumentaram relativamente ao ano de 2008, 2009 e 2010. Mantendo-se o ano



de 2007, com o maior número de abates. Esta situação, deve-se ao facto de o Município ter efetuado em 2007, a grande remodelação dos bens obsoletos.



- Relativamente ao seguinte quadro – Amortizações e Provisões e tendo subjacente que a aplicação informática do património, calcula as amortizações, tendo por base a data da aquisição, por ano civil, pode-se observar as amortizações por tipo de conta e que não foi constituída qualquer provisão para créditos de cobrança duvidosa, por se considerar que todos os créditos são recuperáveis.



Amortizações e Provisões

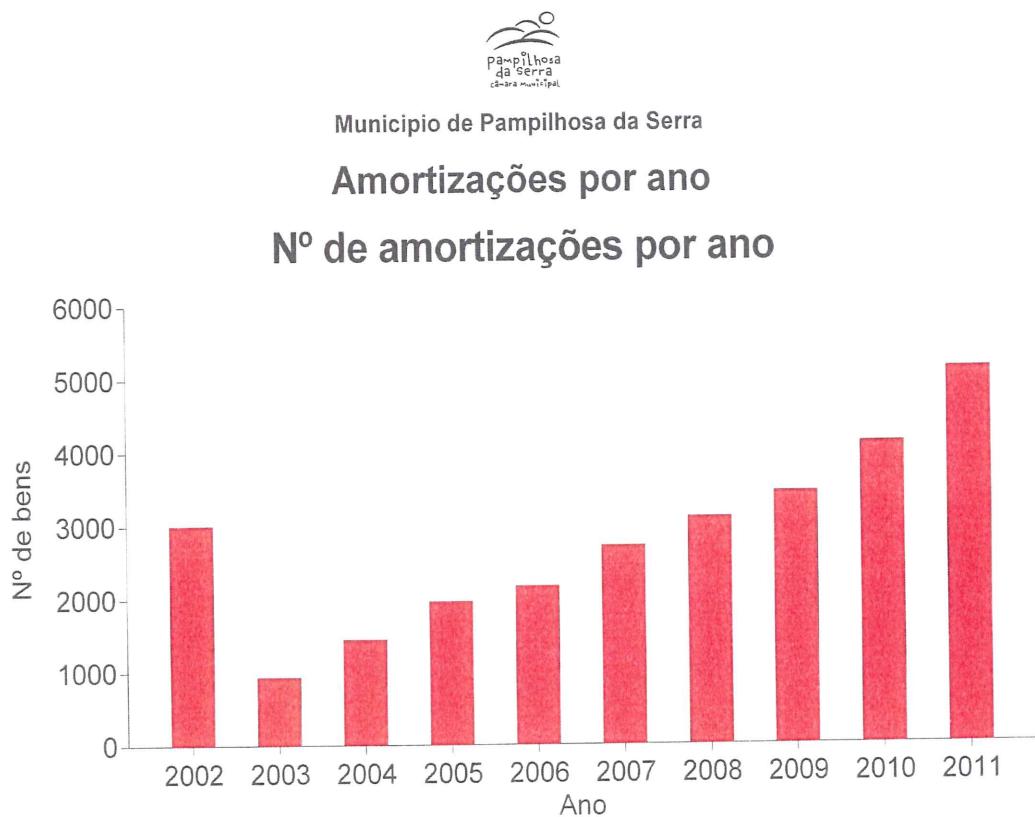
Ano 2011

Unidade: Euros

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	4853	8.130.715,24	1.255.587,08	0,00	9.386.302,32
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00	0,00
		8.130.715,24	1.255.587,08	0,00	9.386.302,32
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	18.586,41	11.831,69	0,00	30.418,10
		18.586,41	11.831,69	0,00	30.418,10
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	19.516,75	16,75	0,00	19.533,50
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	4.867,64	627,94	0,00	5.495,58
Outras construções	48222	251.699,34	191.501,92	252,72	442.948,54
Equipamento básico	4823	1.666.011,57	208.604,07	18.126,84	1.856.488,80
Equipamento de transporte	4824	2.724.589,32	152.708,92	0,00	2.877.298,24
Ferramentas e utensílios	4825	0,00	357,12	0,00	357,12
Equipamento administrativo	4826	279.259,67	33.862,57	7.427,08	305.695,16
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	889,98	155,00	0,00	1.044,98
		4.946.834,27	587.834,29	25.806,64	5.508.861,92
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812				0,00
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00



No gráfico seguinte está em evidência o aumento de amortizações relativamente a 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, o que significa também um aumento de investimento. O valor das amortizações em 2002 é elevado, associado ao Inventário Inicial.



Relativamente às Demonstrações Financeiras evidenciadas anteriormente, o Quadro seguinte dá-nos uma percepção mais particularizada sobre as variações do Ativo Bruto:



Ano: 2011

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+ Transf.	Saldo Final
De Bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	23.089.906,97	0,00	0,00	0,00	4.099.557,68	27.189.464,65
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	15.411.199,17	0,00	3.253.129,91	0,00	-4.099.557,68	14.564.771,40
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	38.501.106,14	0,00	3.253.129,91	0,00	0,00	41.754.236,05
De Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	33.436,77	0,00	12.014,76	0,00	0,00	45.451,53
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	33.436,77	0,00	12.014,76	0,00	0,00	45.451,53
De Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	599.141,49	0,00	31.199,80	0,00	0,00	630.341,29
Edifícios e outras construções	2.448.078,38	0,00	0,00	561,58	2.061.247,11	4.508.763,91
Equipamento básico	2.412.286,33	0,00	224.369,41	0,00	-22.641,00	2.614.014,74
Equipamento de transporte	3.263.146,08	0,00	160.611,81	0,00	0,00	3.423.757,89
Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	2.812,27	0,00	0,00	2.812,27
Equipamento administrativo	390.429,52	0,00	23.549,42	0,00	-7.479,10	406.499,84
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	7.252,76	0,00	0,00	0,00	0,00	7.252,76
Imobilizações em curso	4.707.691,74	0,00	1.456.803,77	0,00	-2.061.247,11	4.103.248,40
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	13.828.026,30	0,00	1.899.346,48	561,58	-30.120,10	15.696.691,10
De Investimentos Financeiros						
Partes de capital	141.137,42	0,00	0,00	0,00	0,00	141.137,42
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras						
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	241.137,42	0,00	0,00	0,00	0,00	241.137,42

A atividade de um Município tem aspetos particulares e distintos de uma qualquer Empresa. Enquanto as Empresas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo em obter lucro, a atividade dos Municípios está centralizada em satisfazer as necessidades dos Municípios e desta forma aumentar o bem estar público.

Nestes Termos, com as necessárias adaptações, ajustamos alguns indicadores Financeiros ao Município.

INDICADORES PARA CONCLUSÃO DA ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

➤ Ráios de Estrutura das Receitas e Estrutura das Despesas

Ráios	2009	%	2010	%	2011	%
<u>Impostos, Taxas</u> Receitas Correntes x100	<u>357.234,35</u> 6.606.558,69	<u>5,41%</u>	<u>352.669,66</u> 7.097.814,34	<u>4,97%</u>	<u>414.096.33</u> 7.197.060,61	<u>5,75%</u>

- Os impostos representam cerca de 5,38% (Média) das Receitas correntes nos últimos 3 anos.

Ráios	2009	%	2010	%	2011	%
<u>Transf. Correntes</u> Receitas Correntes x100	<u>505.934,29</u> 6.606.558,69	<u>7,50%</u>	<u>711.275,54</u> 7.097.814,34	<u>10,02%</u>	<u>828.779,64</u> 7.197.060,61	<u>11,52%</u>

- Este quadro mostra o peso das Transferências Correntes nas Receitas Correntes, ao longo dos últimos 3 anos.

Ráculos	2009	%	2010	%	2011	%
<u>Transf. Capital</u> x100 Receitas de Capital	<u>224.160,63</u> 5.150.534,67	<u>4,35%</u>	<u>227.950,00</u> 3.188.241,20	<u>7,15%</u>	<u>297.884,00</u> 5.842.334,77	<u>5,10%</u>

- Este quadro mostra o peso das Transferências de Capital nas Receitas de Capital.

Ráculos	2009	%	2010	%	2011	%
<u>Receitas Correntes</u> x100 Receitas Totais	<u>6.606.558,69</u> 11.757.093,36	<u>56,19%</u>	<u>7.097.814,34</u> 10.287.412,04	<u>68,99%</u>	<u>7.197.060,61</u> 13.039.395,38	<u>55,19%</u>

- Neste quadro constata-se o peso que as Receitas Correntes têm nas Receitas Totais da Autarquia.

Ráculos	2009	%	2010	%	2011	%
<u>Receita Total</u> x100 Despesa Total	<u>11.757.093,36</u> 12.846.032,33	<u>91,52%</u>	<u>10.287.412,04</u> 11.455.462,09	<u>89,80%</u>	<u>13.039.395,38</u> 12.368.063,14	<u>105,43%</u>

- Este Rácio indica-nos a cobertura das despesas pelas receitas.

Ráculos	2009	%	2010	%	2011	%
<u>Pessoal</u> Receitas Correntes x100	<u>2.276.558,73</u> 6.606.558,69	<u>34,46%</u>	<u>2.391.487,11</u> 7.097.814,34	<u>33,69%</u>	<u>2.550.404,13</u> 7.197.060,61	<u>35,44%</u>

- Os custos com o Pessoal têm um peso indicativo sobre as Receitas Correntes.



Ráculos	2009	%	2010	%	2011	%
<u>Transf. Correntes</u> x100	505.934,29	<u>8,65%</u>	711.275,54	<u>11,69%</u>	828.779,64	<u>12,55%</u>
Despesas Correntes	5.847.213,10		6.083.874,14		6.598.784,56	

- De forma geral o peso das Transferências Correntes em relação às despesas correntes, têm-se mantido na casa dos 8% a 13%, caracterizando-se pela regularidade.

Ráculos	2009	%	2010	%	2011	%
<u>Receita Total-passivos financeiros</u> x100	10.231.284,97	<u>79,65%</u>	9.024.304,60	<u>78,77%</u>	12.040.054,02	<u>97,35%</u>
Despesas Total	12.846.032,33		11.455.462,09		12.368.063,14	

- Cobertura das despesas sem recurso a Empréstimos.

Ráculos	2009	Valor	2010	Valor	2011	Valor
<u>Receitas próprias</u> x100	2.709.385,65	<u>21,09%</u>	3.161.607,61	<u>27,60%</u>	3.457.936,18	<u>27,96%</u>
Despesa Total	12.846.032,33		11.455.462,09		12.368.063,14	

- Cobertura da despesa total por receitas próprias da Autarquia.

Ráculos	2009	Valor	2010	Valor	2011	Valor
<u>Empréstimos</u> x100	1.525.808,39	<u>23,41%</u>	1.263.107,44	<u>23,51%</u>	999.341,36	<u>19,25</u>
Investimento	6.518.159,14		5.371.587,95		5.190.193,41	

- Peso dos empréstimos no Investimento de Capital.



APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme verificado nas Demonstrações Financeiras, o RESULTADO LÍQUIDO APURADO EM 2011 foi de 1 289 125,42€.

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o RESULTADO LÍQUIDO do exercício anterior deve ser transferido para a conta 59 "RESULTADOS TRANSITADOS". No caso do saldo desta conta ser positivo, o seu valor poderá ser repartido da seguinte forma: reforço do património, obrigatório até que o valor contabilístico da conta 51 "PATRIMÓNIO" corresponda a 20% do ativo Líquido, e constituição ou reforço de Reservas. Por outro lado, o ponto 2.7.3.5 do Pocal, explicita que a conta 571 "RESERVAS LEGAIS" deverá ser reforçada anualmente no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Face ao exposto e considerando que o valor do PATRIMÓNIO é superior a 20% do ativo Líquido, propõe-se que a sua aplicação seja efetuada da seguinte forma:

- Para reforço da Conta 571 "Reservas Legais" – **64 456,27€**.
- O restante – **1 224 669,15€** - seja transferido para a Conta 59 "Resultados Transitados".